



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP**SEI Nº 0010024-33.2022.6.05.8000****MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO
PREGÃO 47/2022**

Contratação de serviços de autenticação por múltiplos fatores, com fornecimento de tokens homologados, serviço de instalação com repasse de conhecimento e treinamento oficial do fabricante.

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por meio do Portal de Compras do Governo Federal, pela empresa CPD – Consultoria, Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 00395228/0001-40, estabelecida no Setor das Autarquias Sul Quadra 05, 07 – Asa Sul, Brasília – DF CEP 70070-913, neste ato por seu representante legal, Sr. Christian Limp, vem, tempestivamente com fulcro no inciso XVIII do art. 4º da Lei Federal 10.520/2002 e, alínea “a” do inciso I, do art. 109, da lei 8.666/93, contra a decisão do Pregoeiro que a habilitou no certame para o item 1, a empresa PTLS – Serviços de Tecnologia e Assessoria Técnica Ltda - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 09.162.855/0005-17, com sede na Av. Tambore, nº 267, Conj Escr. 191 B, Bairro Tambore, Município de Barueri – SP. CEP 06.460-000. Concernente ao Pregão nº 47/2022, deste Tribunal, que trata da Contratação de serviços de autenticação por múltiplos fatores, com fornecimento de tokens homologados, serviço de instalação com repasse de conhecimento e treinamento oficial do fabricante.

1 – DAS RAZÕES DO RECORRENTE.

Inicialmente, cabe salientar que a empresa CPD – Consultoria, Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas Ltda, registrou intenção de recorrer de forma imediata e motivada no momento e prazo oportunos através do sistema www.gov.br/compras, conforme documento juntado ao SEI, sendo aceito pelo Pregoeiro por entender que os requisitos de admissibilidade foram devidamente atendidos.

Na defesa de suas razões, a recorrente descreve a ocorrência do fato, em síntese alega o descumprimento das exigências editalícias principalmente no que diz respeito à vinculação ao instrumento convocatório, sob alegação de que não foram cumpridas às exigências referentes às especificações técnicas constantes na Seção que trata da aceitabilidade da proposta e do envio da proposta padrão, vejamos:

“1.1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

“4.12 Os documentos técnicos (datasheets do fabricante) deverão ser apresentados junto com a proposta, por planilha, contendo item, a descrição do item, e a comprovação técnica de atendimento;”

Da análise desses itens, depreende-se que o Edital exigiu a entrega de planilha de comprovação dos requisitos técnicos em dois momentos distintos, sendo dever da empresa concorrente anexar os documentos previstos acima e, se a documentação estiver incompleta ou errada, o licitante deve ser inabilitado.

Nessa esteira, tem-se que a PTLs, em cumprimento ao disposto nos itens retro, apresentou a planilha denominada “TRE-BA-PE-47-2022_PaP_V3”. Contudo, deixou de demonstrar alguns requisitos previstos no Edital, restando linhas da planilha em branco, além de outros requisitos terem sido comprovados parcialmente, os quais serão expostos a seguir. Vejamos o que consta nas especificações técnicas do item 12 da referida planilha apresentada pela empresa Recorrida:

12. Secure Shell – SSH para acesso a servidores Linux através de estações de trabalho e dispositivos móveis que utilizam no mínimo Windows, Android e iOS. A solução deve suportar autenticação de usuários em diretório OpenLdap e AD, protocolo ssh suportado nas versões de Sistemas operacionais Oracle Linux 6, 7, 8 e superiores, Red Hat 6, 7, 8 e superiores;

Destaca-se que a PTLs exibiu o acesso a servidores LINUX via SSH, porém, na documentação e planilha de comprovação técnica, não é citado algo específico sobre dispositivos móveis. Assim, resta patente o não atendimento a esse requisito.

Continuando, vejamos agora o item:

26. A solução é compatível com os navegadores Microsoft Internet Explorer 11, Microsoft Edge e/ou Google Chrome75 ou superior, esta por sua vez, também deve ser compatível com navegadores de dispositivos móveis com sistema operacional Android e iOS no mínimo.

Embora a PTLs tenha comprovado que a “tela” onde o “token” é solicitado, seja compatível com Internet Explorer 9 ou superior, o acesso ao portal de administrador não é compatível com Internet Explorer e isso fica claro na documentação (DUO_Administration.pdf, pág 1). Sendo este, mais um ponto do Edital não atendido pela empresa Recorrida.

Analisemos o item a seguir:

27. A solução desconecta a interface de administração quando houver período de tempo definido sem atividade;

Veja, D. Pregoeiro, a Empresa concorrente empregou uma tela de um artigo do site e não uma documentação oficial, conforme requerido no Edital, razão pela qual, não é possível comprovar o atendimento desse requisito.

Lado outro, no item:

28.1. Utilizando cartão inteligente com certificado x. 509 protegido por senha (PIN), sem a exigência de fator de autenticação adicional da solução;

“O item está em branco na planilha de comprovação técnica e a empresa não comprova o uso de cartões inteligentes, em total desacordo com os requisitos do Edital:

No mesmo sentido, os itens:

38 Para o provisionamento das autorizações de acesso dos usuários na interface de administração da solução, são utilizadas ao menos uma das

seguintes alternativas: 38.2 Uso de API fornecida para que crie ou remova associações de usuários aos perfis;

Estão em branco e sem preenchimento completo, sendo forçoso invalidar o atendimento a tal requisito técnico.

Por fim, o item:

39 A solução suporta múltiplos domínios de Microsoft Active Directory; Não obstante ter sido indicada a documentação técnica na planilha, o referido documento não comprova que a solução atende esse requisito de acordo com a exigência do Edital.

Portanto, a PTLs tenta ludibriar a Administração Pública apresentando documento incompleto e requisitos do Edital não cumpridos.

II – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, a recorrida contesta as alegações apresentadas pela empresa recorrente. Fundamenta os procedimentos adotados ratificando os documentos apresentados durante a sessão do pregão, e confirma o atendimento às exigências do edital, conforme (doc 2058550) juntados aos autos.

III- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Examinando o recurso apresentado pela empresa licitante, em cotejo com as especificações dispostas no edital, bem como as contrarrazões da licitante vencedora, constata-se que as alegações da recorrente abordam sobre as especificações técnicas dos serviços a serem prestados. Considerando que o fato em debate foge a área de conhecimento do Pregoeiro, este signatário submeteu o presente recurso a análise do setor técnico, que se manifestou através do (doc 2058558, opinando pelo não acolhimento do presente recurso. Nos termos abaixo transcrito:

“Em análise do recurso, a licitante alega que alguns requisitos previstos no Edital não foram atendidos seja pelo fato de que não demonstrou ou pelo fato de ter deixado linhas em branco na planilha de referências ou pela sua concorrente ter comprovado parcialmente certos itens, conforme excerto:

"Nessa esteira, tem-se que a PTLs, em cumprimento ao disposto nos itens retro, apresentou a planilha denominada “TRE-BA-PE-47-2022_PaP_V3”. Contudo, deixou de demonstrar alguns requisitos previstos no Edital, restando linhas da planilha em branco, além de outros requisitos terem sido comprovados parcialmente, os quais serão expostos a seguir”

De logo, em relação à documentação e a planilha de referências, esclarecemos que é natural e até esperado que a qualquer momento em que o órgão defina que algum ponto da documentação precise ser esclarecido, tal demanda deve apenas ser diligenciada, sem prejuízo da habilitação da licitante, de maneira isonômica, para todas as propostas de todos os licitantes. Assim, não há o que se falar em inabilitar um licitante e por sua vez inabilitar uma proposta mais vantajosa financeiramente para o órgão, sem que proceda com tal diligência. Não procede portanto a alegação de que a PTLs (como mencionada) deva ter sua proposta inabilitada por falta de linhas preenchidas na planilha de referências. Por fim, reforçando este posicionamento, ficou claro para este apoio técnico que os documentos sempre estiveram acostados ao processo e as contra-razões se adiantaram em esclarecer os pontos suscitados pela concorrente. Não há também o que se falar em relação a acréscimo tardio de

documentação. **Portanto, concluímos que está incorreto o recurso quanto a este ponto específico.**

Dos pontos técnicos informados no recurso, listados e numerados abaixo, faço as minhas considerações:

1.

Secure Shell – SSH para acesso a servidores Linux através de estações de trabalho e dispositivos móveis que utilizam no mínimo Windows, Android e iOS. A solução deve suportar autenticação de usuários em diretório OpenLdap e AD, protocolo ssh suportado nas versões de Sistemas operacionais Oracle Linux 6, 7, 8 e superiores, Red Hat 6, 7, 8 e superiores;

A licitante alega em suas razões que o produto da concorrente não oferta MFA para secure shell em dispositivos móveis. As contra-razões demonstraram que é perfeitamente possível adotar o módulo open source do produto (código fonte mantido pelo fabricante do produto) para essa finalidade, comprovando o atendimento à exigência editalícia. **Portanto, concluímos que está incorreto o recurso quanto a este item específico.**

A solução é compatível com os navegadores Microsoft Internet Explorer 11, Microsoft Edge e/ou Google Chrome 75 ou superior, esta por sua vez, também deve ser compatível com navegadores de dispositivos móveis com sistema operacional Android e iOS no mínimo.

Embora a PTLs tenha comprovado que a “tela” onde o “token” é solicitado, seja compatível com Internet Explorer 9 ou superior, o acesso ao portal de administrador não é compatível com Internet Explorer e isso fica claro na documentação (DUO_Administration.pdf, pág 1). Sendo este, mais um ponto do Edital não atendido pela empresa Recorrida.

As contra-razões esclareceram o fato de que não é verdade que "o acesso ao portal não é compatível com Internet Explorer e fica claro na documentação do Duo", como alega a licitante. O esclarecimento lastreado nos próprios documentos são suficientes para se depreender que o suporte ao cenário é que encerrou (uma vez que o suporte ao navegador encerrou pelo seu fabricante) e não a compatibilidade entre os dois. **Portanto, concluímos que está incorreto o recurso quanto a este item específico.**

3) *A solução desconecta a interface de administração quando houver período de tempo definidos em atividade;*

Veja, D. Pregoeiro, a Empresa concorrente empregou uma tela de um artigo do site e não uma documentação oficial, conforme requerido no Edital, razão pela qual, não é possível comprovar o atendimento desse requisito.

As contra-razões esclareceram que o texto citado faz parte da documentação do próprio fabricante e é citado em documento oficial como referência. Assim, consideramos a comprovação suficiente e não diligenciaremos outras. **Portanto, concluímos que está incorreto o recurso quanto a este item específico.**

4) *Utilizando cartão inteligente com certificado x.509 protegido por senha (PIN), sem a exigência de fator de autenticação adicional da solução;"*

O item está em branco na planilha de comprovação técnica e a empresa não comprova o uso de cartões inteligentes, em total desacordo com os requisitos do Edital:

As contra-razões esclareceram que o produto é compatível com a exigência. Quanto ao item em branco na planilha de comprovação, as contra-razões se adiantaram em informar os pontos específicos de comprovação, não sendo necessário nenhum tipo de diligenciamento para este ponto do recurso. **Portanto, concluímos que está incorreto o recurso quanto a este item específico.**

5) Para o provisionamento das autorizações de acesso dos usuários na interface de administração da solução, são utilizadas ao menos uma das seguintes alternativas:

38.2 Uso de API fornecida para que crie ou remova associações de usuários aos perfis;

Estão em branco e sem preenchimento completo, sendo forçoso invalidar o atendimento a tal requisito técnico.

As contra-razões esclareceram os pontos, inclusive o uso de API, na documentação acostada, dispensando mais diligências, sob o fato de a planilha ter linhas em branco. **Portanto, concluímos que está incorreto o recurso quanto a este item específico.**

6) A solução suporta múltiplos domínios de Microsoft Active Directory;

Não obstante ter sido indicada a documentação técnica na planilha, o referido documento não comprova que a solução atende esse requisito de acordo com a exigência do Edital.

As contra-razões apontaram a comprovação nos documentos acostados. **Portanto, concluímos que está incorreto o recurso quanto a este item específico.**

Por fim, considerando as razões e contra-razões do recurso em tela, recomendamos ao pregoeiro que não acate os fundamentos técnicos alegados no recurso, visto que todos os itens apontados como descumprimento editalício foram comprovados pela respectiva licitante.

Sidney Santos Doria Técnico Judiciário

De: Gilson <gsconceicao@tre-ba.jus.br> **Para:** Gilson <gsconceicao@tre-ba.jus.br>; selic <selic@tre-ba.jus.br>; Seção <seinfra@tre-ba.jus.br> **Data:** sexta-feira, 12 de agosto de 2022 às 07:16 -03

Assunto: Re: Recurso ao Pregão 47-2022

Gilson Soares Da Conceição

Analista Judiciário | SELIC 7084 **De:** Gilson <gsconceicao@tre-ba.jus.br> **Para:** selic <selic@tre-ba.jus.br>; Seção <seinfra@tre-ba.jus.br> **Data:** sexta-feira, 12 de agosto de 2022 às 07:13 -03

Assunto: Recurso ao Pregão 47-2022

Prezado colegas

A empresa recorrente juntou o recurso ao sistema comprasnet. Basicamente suas razões do recurso discorrem sobre o não atendimento das especificações exigidas com apresentação de planilhas para aceitabilidade da proposta. Enfim alega a recorrente ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Por esses motivos, visando agilizar a contratação, submeto a análise do recurso ao setor demandante, a fim de confrontar as alegações da recorrente antes mesmo da apresentação das contrarrazões.

Gilson Soares da Conceição

Analista Judiciário | SELIC 7084

IV- DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto acima, lastreado na manifestação do setor técnico contida no (doc 2058558) entende o Pregoeiro que o recurso interposto pela empresa **CPD – Consultoria, Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas Ltda**, não merece acolhimento, em razão dos argumentos por ela apresentados carecerem de comprovação, visto que estes não encontram sustentáculo na lei 8.666/93, tampouco no instrumento convocatório, que sejam capazes de reverter a habilitação da empresa vencedora do item em apreço.

Deste modo manifesto pela improcedência do recurso apresentado pela recorrente, e mantenho a habilitação da empresa vencedora, **PTLS – Serviços de Tecnologia e Assessoria Técnica Ltda**.

É a manifestação, que ora submete-se à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 20 de agosto de 2022.

Gilson Soares da Conceição

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 22/08/2022, às 10:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2059265** e o código CRC **F2665955**.